

DOCUMENTAÇÃO PARA CASAMENTO - ESTRANGEIRO

A) CERTIDÃO ORIGINAL DE REGISTRO CIVIL (NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO, CONFORME O CASO) EMITIDA DENTRO DE UM PRAZO DE 90 DIAS, COM RESPECTIVO **APOSTILAMENTO**, NOS TERMOS DA CONVENÇÃO DE HAIA, DE 05/10/1961, QUE DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA TRADUÇÃO PARA O IDIOMA BRASILEIRO, FEITO POR TRADUTOR PÚBLICO JURAMENTADO, E REGISTRADO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS **(QUE PODERÁ SER NESTE CARTÓRIO)**, QUE TAMBÉM SE OBSERVARÁ EM RELAÇÃO A PROCURAÇÃO, SE HOUVER, OU A QUALQUER OUTRO DOCUMENTO NECESSÁRIO À HABILITAÇÃO, QUE NÃO ESTIVER REDIGIDO NA LÍNGUA PORTUGUESA;

B) PASSAPORTE OU IDENTIDADE DE ESTRANGEIRO, EXPEDIDA PELO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL;

C) DECLARAÇÃO DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO CORRESPONDENTE **(EMBAIXADA OU CONSULADO)** QUE FICARÁ ARQUIVADA NA SERVENTIA, NA QUAL SE AFIRMARÁ ENCONTRAR-SE O NUBENTE DESIMPEDIDO PARA CONTRAIR MATRIMÔNIO, NA QUAL SE OBSERVARÃO AS FORMALIDADES, DO **ITEM A**, ACIMA;

D) DECLARAÇÃO EMITIDA PELO ÓRGÃO COMPETENTE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, ATESTANDO A REGULARIDADE DA PERMANÊNCIA DO ESTRANGEIRO, NO BRASÍL.

E) SE DIVORCIADO(A), DEVERÁ A SENTENÇA DO PAÍS DE ORIGEM ESTAR HOMOLOGADA PELO **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COMPROVAÇÃO DA PARTILHA DOS BENS DO CASAMENTO ANTERIOR, DEVENDO A DOCUMENTAÇÃO TER AS MESMAS FORMALIDADES DO ITEM A.**

F) SE ALGUM DOS NOIVOS NÃO PUDE COMPARECER AO ATO DE ENTRADA DO PROCESSO, PODERÁ SER REPRESENTADO POR PROCURAÇÃO PÚBLICA, QUE REDIGIDA EM LÍNGUA ESTRANGEIRA, DEVERÁ OBSERVAR AS PROVIDÊNCIAS NA **ALÍNEA A**, ACIMA;

G) DUAS TESTEMUNHAS CONHECIDAS, MAIORES DE 18 ANOS ALFABETIZADAS, PORTANDO CI e CPF. **(SE A TESTEMUNHA CASADA, SEPARADA JUDICIALMENTE, VIÚVA OU DIVORCIADA, TRAZER CERTIDÃO DE CASAMENTO COM AS DEVIDAS AVERBAÇÕES).**

H) O PRAZO PREVISTO PARA A HABILITAÇÃO DO PROCESSO É DE **APROXIMADAMENTE 10 DIAS**, COM VALIDADE DE **90 DIAS**, APÓS A DATA DE HABILITAÇÃO.

OBSERVAÇÃO: COM AS ASSINATURAS REGULARIZADAS PELO CONSULADO BRASILEIRO, NO PAÍS ONDE FORAM EMITIDOS, SE A REGULARIZAÇÃO FOR ANTERIOR À VIGÊNCIA DA REFERIDA CONVENÇÃO (14 de agosto de 2016, ou se o país emitente não for dela signatário).